

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos da lei e dos Estatutos, o Conselho Fiscal desta Associação vem submeter à apreciação da Assembleia Geral de Associados o seu parecer sobre o relatório de gestão e contas elaborado pela Direção, relativamente ao exercício de 2017, compreendendo, estas últimas, as demonstrações financeiras e económicas.

Da nossa análise às contas, resultaram os seguintes factos:

Situação Financeira

De acordo com os dados disponíveis, verifica-se que:

- A **solvabilidade** da PRÓ-OUTEIRO, situada em 1,3973, reflete um baixo risco para os credores da instituição, dado que os capitais próprios são suficientes para fazer face às dívidas a terceiros e a organização detém uma significativa margem de segurança. No entanto, comparativamente a 2016, a situação tem vindo a degradar-se, contrariamente às expectativas traçadas.
- A **autonomia financeira** da PRÓ-OUTEIRO, medida da parcela do ativo líquido que é financiada por capitais próprios, situada em 0.5828, traduz um nível significativo de independência da instituição face a capitais alheios. No entanto, comparativamente a 2016, assistimos a um maior condicionamento da sua capacidade negocial, sem que isso constitua razão para alarme, um vez que se considera ser aceitável. Apesar da degradação da rendibilidade financeira, entende-se que a situação não compromete, significativamente, a capacidade de endividamento.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

- A **liquidez geral**, situada em 0.647, reflete dificuldades de tesouraria acrescidas, relativamente a 2016. A situação pode não se fazer sentir de forma expressiva, atendendo a uma gestão dos prazos médios de pagamento que apontam para o seu alargamento.

Assim, tendo em conta uma ligeira degradação das condições financeiras, a que não será estranha a deterioração da rendibilidade financeira, considera-se que a direção deverá estar atenta aos desafios que surgem.

Situação Económica

A situação económica, traduzida por um resultado líquido favorável de cerca de 38,337,09 euros, reflete, comparativamente a 2016, uma degradação das condições em termos operacionais. Com efeito, apesar do aumento do volume de negócio, ainda que o mesmo não resulte das expectativas traçadas, quanto à entrada em funcionamento da E. R. P. I., não se encontra relação com o significativo aumento verificado ao nível dos gastos com o pessoal.

Para além da dependência dos subsídios e dos donativos que constituem uma parte muito significativa (mais de metade) dos rendimentos obtidos, constata-se uma redução efetiva do montante recebido a título de subsídios, quando comparado com o valor de 2016.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Da análise aos documentos - Demonstração de Resultados e Balanço - concluímos que os mesmos se consideram regularmente escriturados e, não tendo sido detetadas anomalias merecedoras de registo, traduzem os aspetos que essencialmente caracterizam a atividade desenvolvida em 2017 e as incidências na situação patrimonial da instituição.

Por tudo o que precede, o Conselho fiscal é de parecer que o relatório e Contas, assim como a proposta de aplicação de resultados, sejam aprovados.

Oliveira de Azeméis, 26 de março de 2018

O Conselho Fiscal

Presidente: João Mesquita

1º Vogal: Jaime Marques

2º Vogal: La-Salette Vieira